



**O AVANÇO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS
DA ZONA DA MATA MINEIRA¹**
***THE PROGRESS OF THE URBANIZATION PROCESS IN THE SMALL
MUNICIPALITIES OF ZONA DA MATA MINEIRA***

Neide Maria de Almeida Pinto

Professora do Depto de Economia Doméstica e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: nalmeida@ufv.br

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Professora do Depto de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: louisefiuza@ufv.br

Caique de Souza Melo

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: caiue.melo@ufv.br

Miguel Azedo de Moraes

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: miguel.morais@ufv.br

Grupo de Trabalho (GT): GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

O Brasil é um país constituído, majoritariamente, por pequenos municípios com menos de 20 mil habitantes: 3770 municípios (67,7%) dos 5.568 existentes. Entretanto, a partir da década de 1990, os padrões de urbanização existentes nestes pequenos municípios começaram a se aproximar dos padrões vigentes nos grandes centros urbanos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), medido pela esperança de vida ao nascer, escolaridade e renda de uma população municipal, pode ser utilizado como um indicador deste processo de urbanização em pequenos municípios, sobretudo, a partir dos anos 1990. Se o IDHM pode servir de parâmetro para analisar o avanço da urbanização a nível dos municípios, em nível individual o avanço dos padrões de urbanização podem ser observados através do consumo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as quais se tornaram uma febre, como se observa na posse de aparelhos celulares. Ou seja, viver, hoje, em sociedades até poucos anos atrás marcadas por padrões de ruralidade, pode representar, a partir dos anos 2000, estar conectado ao mundo globalizado. O presente artigo tem o objetivo de apresentar um estudo demográfico dos municípios da Zona da Mata Mineira (ZMM), buscando compreender tanto os indicadores de urbanização nestes pequenos municípios, quanto a dinâmica de consumo dos seus habitantes. Utilizou-se, para tanto, a análise do padrão espacial de evolução do IDHM, seguido da análise de correlação entre IDHM e consumo de bens duráveis (eletrodomésticos, veículos e TICs). A análise do IDHM possibilitou identificar manchas territoriais constituídas por municípios com padrões similares de desenvolvimento humano, apontando diferenças inter-regionais relacionadas, entre outros fenômenos, ao processo de urbanização do território. As análises de correlação do IDHM com bens de consumo, por sua vez, revelaram discrepâncias entre padrões de consumo de determinados bens em função do nível de desenvolvimento humano do município, apontando que os padrões de consumo configuram-se como indicadores de urbanização.

Palavras-chave: Urbanização, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Consumo.

Abstract

¹ Este artigo faz parte dos resultados de pesquisa "AS CASAS DA CIDADE CHEGAM AO CAMPO: As transformações dos modos de morar das famílias de agricultor", desenvolvida com o aporte financeiro do CNPq, cujo apoio agradecemos.



Brazil is a country composed mainly of small cities with less than 20000 inhabitants: 3770 municipalities (67,7%) from the 5568. However, since the 1990s, the urbanization patterns in these small cities have begun to approach those current patterns in the large urban centers. The Municipal Human Development Index (MHDI), measured by life expectancy at birth, education and income of the local population, can be used as an indicator of the urbanization process in small municipalities, especially since the 1990s. If the MHDI can be used as parameter to analyze the urbanization advancement in the cities, at the individual level, the advancement of the urbanization patterns can be observed through the consumption of information and communication technologies (ICTs), which have become a fever as observed in the possession of mobile phones/cellphones. In other words, living, in places marked by patterns of rurality, can represent, after the 2000s, being connected with the globalized world. This article intends to present a demographic study of cities from “Zona da Mata Mineira” (ZMM), aiming to understand both the urbanization indicators in these small municipalities, as well as consumption dynamics of the inhabitants. The analysis of the spatial evolution pattern of the MHDI, along with correlation analysis between MHDI and the consumption of durable goods (vehicles, ICTs and household appliances) The MHDI analysis allowed to identify territorial patches composed of municipalities with similar human development patterns, indicating regional differences related to, including other phenomena, the territorial process of urbanization. On the other hand, the correlation analysis between MHDI and durable goods, discovered big differences between consumption patterns of some goods in relation to the city development level, indicating that these patterns can be used as urbanization indicators.

Key words: Urbanization, Consumption, Municipal Human Development Index

1. Introdução

O avanço do processo de urbanização, de uma perspectiva histórica, coloca frequentemente em discussão os avanços humanos, bem como as contradições que os perpassam. No Brasil, o processo de urbanização e industrialização ganhou ênfase especialmente no final do século XIX e início do XX, quando, principalmente, no centro sul do país, iniciou-se a construção de ferrovias, portos e rodovias e estendeu-se a rede de energia elétrica no meio urbano. Todavia, apenas a partir da década de 1990, o processo de urbanização avança para além das grandes cidades, se interiorizando (SANTOS, 1999). Neste contexto de modernização técnico científica, e, paralelamente, nas transformações estruturais das bases econômicas e sociais do sistema capitalista, observa-se uma difusão mais rápida e mais ampla dos padrões de consumo urbanos, tanto na vida social quanto na configuração espacial dos municípios de pequeno e médio porte. Ou seja, os padrões de urbanização observados em centros urbanos maiores nas décadas de 1950, 60, 70 e 80, até então muito díspares, a partir da década de 1990 começaram a se interiorizar.

Neste cenário de avanço técnico e de reestruturação tecnológica, estudos como os de Abramovay (2000) e Rybczynski (1996) apontam cenários de desenvolvimento econômico em áreas não densamente povoadas ou áreas não metropolitanas, ou de aumento das taxas de crescimento demográfico e de geração de emprego em cidades médias e pequenas. Paralelamente, observa-se o crescimento nos pequenos municípios do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Educação, saúde e políticas públicas, inclusive, de distribuição de renda, têm se apresentado como um campo de possibilidade de acesso para uma população antes alijada destes bens.

Essas mudanças estão presentes nas sociedades rurais dispersas pelo território brasileiro onde se observa que o tempo vem deixando de ser o tempo das estações, da natureza, tendendo a ser o tempo do relógio, das máquinas, da fábrica, da reflexividade (FAVARETO, 2007; KAGEYAMA, 2008; SILVA, 2013). Tais transformações na relação com o tempo permitiram a emergência de uma nova forma de viver, de organização da sociedade, associada a uma revolução dos modos de produção e ao desenvolvimento de tecnologias. Tais alterações, socialmente vividas no campo, não se restringem ao meio de trabalho, mas se expandem para a esfera da vida doméstica (PEREIRA, 2012; WALL, 1998).

Assim, à medida em que a sociedade vai se urbanizando e diversificando os sistemas produtivos, de distribuição etc., novas possibilidades de consumo se interpoem, levando a uma



rearticulação das relações com o meio, trazendo alterações e significados às antigas práticas. Nessa perspectiva, nas análises que envolvem as transformações dos modos de vida de uma sociedade, é preciso nunca perder de vista a presença no interior desses agrupamentos, dos fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar novos hábitos estranhos à sua cultura.

Essa discussão faz-se bastante pertinente quando voltada para os pequenos municípios na medida em que ela se remete às apropriações destes avanços nestes espaços (dos pequenos municípios), e nos coloca indagações como aquelas colocadas por Endlich (2010), relativas aos limites entre o urbano e o rural. Tal contexto aponta como possibilidade investigativa a busca pela compreensão sobre como tem se dado o avanço da urbanização, em particular nos pequenos municípios, tomando como referência o IDHM. Em função do IDHM ser constituído pelas dimensões de educação, saúde e renda, que expressam acesso a bens e serviços próprios da vida urbana, pode ser tomado como um indicador de urbanização.

Assim, a partir deste estudo, buscamos compreender o padrão de consumo nos pequenos municípios, bem como compreender a correlação existente entre o IDHM e os padrões de consumo. As análises buscarão compreender de que forma o processo de urbanização apresenta correlações para o acesso ao consumo nessas localidades - mesmo reconhecendo que este indicador é uma medida simplificada deste processo. Em última instância, buscar-se-á compreender os rebatimentos do avanço da urbanização em termos das possibilidades de consumo (e de inclusão) das populações.

Neste trabalho, nos remetemos aos municípios rurais ou urbanos, no contexto do estado de Minas Gerais, a partir da associação entre o porte populacional do município (PNAS, 2004) e seu respectivo IDHM. No caso, estendeu-se a escala de leitura do IDHM (PNUD; IPEA; FJP, 2013) para a classificação do município em região rural, intermediária ou urbana. Nestes termos, os municípios com menores valores de IDHM, (que são, majoritariamente, de porte pequeno I ou II), seriam correlativos a regiões mais ruralizadas, enquanto os municípios com maiores valores de IDHM (que são, majoritariamente, de porte grande ou médio), seriam correlativos a regiões mais urbanizadas.

A despeito da importância dos indicadores econômicos nas análises sobre o consumo nas populações, há a compreensão de que existe uma estreita relação entre a cultura e o consumo, colocando, de forma inequívoca, a impossibilidade de estabelecimento de necessidades básicas, fixas e universais das supérfluas. Ou seja,

(...) todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural. Ninguém come, bebe, veste, dorme e compra de forma genérica e abstrata. Toda atividade das mais triviais e cotidianas, às mais excepcionais e específicas, ocorre sempre em um determinado esquema simbólico que lhe dá sentido e significado. Do mesmo modo, todos os objetos, bens ou serviços são partes integrantes de sistemas de práticas e representações que os tornam significativos e, portanto, “reais” para determinados grupos e indivíduos. (BARBOSA, 2007, p. 108, grifo nosso).

Assim, a lógica explicativa do consumo dos artefatos associados à reprodução social de um grupo (aqui vinculados ao consumo das TICs ou outros itens), não deve ser compreendida exclusivamente na perspectiva da racionalidade econômica. Isso porque, determinadas práticas incorporadas ao cotidiano dos indivíduos e das famílias estão associadas a organizações e sociabilidades específicas as quais compõem a cultura de uma sociedade. Portanto, nas análises sobre o consumo nos domicílios dos municípios estudados, a pesquisa deve envolver - para além dos indicadores econômicos relacionados aos municípios - o significado que as novas aquisições têm para essas sociedades, do ponto de vista dos vínculos sociais e das dinâmicas, que são incorporadas ou deixadas de lado, e que exprimem a forma de viver e de morar dos indivíduos e das famílias nestas localidades.



Para o alcance dos seus objetivos, este trabalho está organizado em cinco partes, as quais incluem esta introdução e os aspectos metodológicos do estudo. Na terceira parte, as análises buscaram refletir sobre o IDHM como referência no processo de urbanização dos pequenos municípios mineiros e na Zona da Mata. Na quarta parte, o foco voltou-se para as análises da correlação entre o IDHM dos municípios da Zona da Mata e o consumo de bens duráveis nos domicílios. Por fim, as considerações finais exploram, além dos achados encontrados neste estudo, algumas possibilidades investigativas do tema em futuras pesquisas.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, de caráter quantitativo, podem ser descritos em duas partes. Na primeira, utilizou-se os dados de IDHM dos municípios mineiros nos anos de 1991, 2000 e 2010, extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP, 2013), e os dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 2010) relativos ao porte populacional dos municípios. Tais dados foram incorporados ao software QGIS para produção de mapas do estado de Minas Gerais e da mesorregião da Zona da Mata nos marcos temporais indicados, de modo a visualizar espacialmente os níveis de desempenho e a evolução dos municípios quanto ao índice e ao porte. A leitura dos mapas se deu, sobretudo, nos recortes das mesorregiões e microrregiões, de modo a identificar diferenças inter-regionais. Esclarece-se que a análise do padrão espacial do IDHM associado ao porte populacional dos municípios esteve atrelada à hipótese de que a escala de leitura do IDHM indicaria tipologias municipais (região rural, intermediária ou urbana), a saber:

Quadro 1 - Relação entre IDHM, nível de desenvolvimento e de ruralidade.

IDHM	Nível de desenvolvimento	Classificação
0.000-0.499	Muito baixo	Região muito ruralizada
0.500-0.599	Baixo	Região rural
0.600-0.699	Médio	Região intermediária
0.700-0.799	Alto	Região urbana
0.800-1.000	Muito alto	Região muito urbanizada

Fonte: Fiúza (2021).

Destaca-se que não se trata de uma relação determinista, uma vez que apenas o indicador sintético não é suficiente para caracterizar os municípios brasileiros no espectro rural-urbano. Aliás, o próprio estudo explora, de forma embrionária, a relação entre IDHM e níveis de ruralidade dos municípios mineiros. Todavia, compreende-se que o IDHM pode ser tomado como referência do avanço do processo de urbanização na escala dos municípios e das microrregiões, de modo que a relação descrita no Quadro 1 funciona como ponto de partida para análises exploratórias.

Na segunda parte do trabalho, utilizou-se dados do Censo de 2010 referentes à presença de bens de consumo duráveis nos municípios da Zona da Mata, que foram divididos em três grupos: *Eletrodomésticos* (Máquina de Lavar e Geladeira), *Veículos* (Automóveis e Motocicletas), e *Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs* (Telefone fixo, microcomputador com acesso à internet, Rádio, Televisão e Celular). A partir da correlação linear de Pearson, operou-se uma análise exploratória entre IDHM e presença destes bens de consumo nos municípios da Zona da Mata, buscando investigar em que medida o IDHM (e, associado a ele, a tipologia do município) reflete-se nos padrões de consumo destes bens. As correlações são interpretadas a partir do grau de correlação obtido, que varia de -1 a 1 (correlações perfeitas negativa e positiva, respectivamente). Os resultados encontrados nessa parte do trabalho serão apresentados na forma de diagramas de dispersão.



3. O IDHM como referência no processo de urbanização

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida que coloca em evidência os processos sociais dinâmicos de um território a partir da congregação de indicadores em três dimensões do desenvolvimento humano - longevidade, educação e renda. O Índice consiste em uma adaptação da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH) para as realidades gerais dos municípios no contexto nacional, e constitui uma importante métrica para a leitura analítica dos avanços sociais na escala do município e, na sua possibilidade de extensão, na escala das microrregiões e das regiões metropolitanas (PNUD; IPEA; FJP, 2013). O Quadro 2 sintetiza os indicadores que compõem cada esfera do IDHM.

Quadro 2 - Composição do IDHM.

Índice de Longevidade	Índice de Educação	Índice de Renda
- Esperança de vida ao nascer.	- Percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo; - Percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; - Percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os finais do ensino fundamental regular; - Percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; - Percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.	- Renda mensal <i>per capita</i> .

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2013).

Assim, o IDHM é calculado pela média geométrica dos três índices com pesos iguais. Na sua construção, o índice de longevidade é dado pela esperança de vida ao nascer, mensurado a partir das taxas de mortalidade de uma população nas diferentes faixas etárias (contemplando inclusive as causas das mortes), sintetizando, portanto, “o nível e a estrutura de mortalidade de uma população a partir das suas condições sociais, de saúde e de salubridade”. Já o índice de educação é mensurado pela escolaridade da população adulta e pelo o fluxo escolar da população jovem, refletindo o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e no tempo presente, a partir da adequação idade-série. Por fim, o índice de renda considera a renda mensal per capita dos indivíduos de um município, mensurando a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte da população. Este último índice relaciona-se diretamente com o consumo, uma vez que indica a “capacidade dos habitantes de um determinado lugar de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

No Brasil, a significativa melhoria desses indicadores esteve relacionada ao maciço processo de urbanização, os quais podem ser observados na extensão ampliada de infraestruturas, rede urbana, bens e serviços às realidades brasileiras mais longínquas, especialmente a partir de 1950. Alguns dos principais fatores orientadores dessa dinâmica podem ser observados na socialização de informações, na extensão do serviço de água potável, na extensão dos serviços de vacinas, acesso a antibióticos, atendimento médico ao parto e à gestante, aumento da escolaridade, dentre outros fatores. Para Ribeiro (2017, p. 20), “a urbanização é um fator determinante para o desenvolvimento [humano], atuando através do fortalecimento dos vínculos entre os núcleos urbanos e consequentes melhorias nas relações econômicas regionais que resultam em avanços na qualidade de vida da população”.

No entanto, apesar de não serem necessários argumentos para relacionar a evolução desses indicadores ao processo maciço de urbanização, não é possível desconhecer que este processo é marcado pelas contradições especialmente associadas às características históricas do Brasil urbano e que colocam em risco as possibilidades de superação do Brasil arcaico (MARICATO, 2000). Ou seja, outros indicadores socioeconômicos e urbanísticos devem ser



também associados para que possamos afirmar, de fato, as melhorias das condições de vida da população que se sucedem do processo de urbanização.

Todavia, já em 2000, Abramovay destacava o fato de que, globalmente, as áreas rurais concentravam os piores indicadores de desenvolvimento. Como se percebe na análise do IDHM dos municípios mineiros, os maiores centros urbanos partem de patamares maiores em 1991 e alcançam níveis de desenvolvimento também maiores em 2010. A questão, portanto, que se coloca na pesquisa, do ponto de vista metodológico, é a análise dos níveis e do padrão espacial do IDHM dos municípios visando a identificação de diferenças inter-regionais, como faz Boscariol (2017) em seu estudo; e, a partir dessas diferenças inter-regionais, explorar as particularidades dos processos de urbanização do território na busca pela compreensão sobre como urbanização e desenvolvimento humano se relacionam.

O estudo de Marguti, Costa e Pirani (2017) traz pistas que corroboram com a premissa sobre a relação imbricada entre urbanização e IDHM. Ao analisar o desempenho e a evolução do IDHM dos centros urbanos brasileiros, os autores constataram uma correlação entre a performance do município e a hierarquia das cidades, estas categorizadas de acordo com a REGIC (Regiões de Influência das Cidades - IBGE). Conforme apontam, “(...) há uma correlação elevada entre a performance do município no que tange ao IDHM e a posição deste município na rede de cidades do país” (MARGUTI; COSTA; PIRANI, 2017, p. 142). Os resultados do estudo mostram que os maiores centros urbanos brasileiros partem, em 1991, de patamares superiores na escala do IDHM em comparação com os menores centros urbanos (centros de zona e centros locais). Esse panorama se conserva no ano de 2010, ainda que com o aumento progressivo (1991-2010) do IDHM para todos os centros urbanos e a diminuição das diferenças entre eles. Comparativamente aos níveis de centros urbanos superiores, os centros locais e centros de zona permanecem (2010) em faixas mais baixas do IDHM; ainda assim, essas duas categorias de centros urbanos foram as que mais evoluíram entre 2000 e 2010 em termos de IDHM, sobretudo em função da melhoria do índice de educação.

Outro aspecto interessante, verificado neste trabalho, refere-se à forte correlação entre taxa de urbanização (isto é, o percentual da população de um município residindo no perímetro urbano deste em relação à população total) e o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de Minas Gerais. O teste de correlação de Pearson relacionando as duas variáveis obteve grau 0,76 para os dados de 1991, grau 0,72 para os de 2000 e grau 0,69 para os de 2010, correlações fortes em todos os casos. Essa correlação acentua-se para o caso dos municípios na mesorregião da Zona da Mata (0,85 em 1991; 0,82 em 2000; 0,77 em 2010). Ou seja, uma tendência de que os municípios com maiores IDHM apresentem, também, maiores taxas de urbanização. Essa tendência acentuada no caso da Zona da Mata pode ser reveladora de especificidades dos municípios da mesorregião, algumas das quais serão discutidas à frente. Trata-se de uma constatação importante, já que o IBGE considera a taxa de urbanização como indicador do processo de urbanização da população brasileira. No entanto, deve-se ressaltar que a taxa de urbanização é uma medida simplificada deste processo, uma vez que os limites urbanos oficiais são fixados, muitas vezes, de forma arbitrária, conforme as necessidades municipais. Como pontuam Bitoun, Miranda e Araújo (2015, p. 4), “(...) o rural que resulta da associação institucional com o perímetro urbano municipal é um retrato distorcido desse universo no território nacional”.

3.1. Os padrões de urbanização dos pequenos municípios da Zona da Mata Mineira

A análise dos padrões de urbanização da Zona da Mata Mineira nas décadas de 1950, 60, 70 e 80 a partir do IDHM aponta para o fato de que esse padrão vem se alterando ao longo das décadas. Ou seja, o distanciamento havido nas décadas anteriores altera-se, com o passar

das décadas, aproximando-se dos padrões observados em centros urbanos maiores, a partir da década de 1990. Prova disto é o crescimento nestes pequenos municípios do IDHM.

Figura 1 - Porte dos municípios mineiros - série histórica (1991, 2000 e 2010).

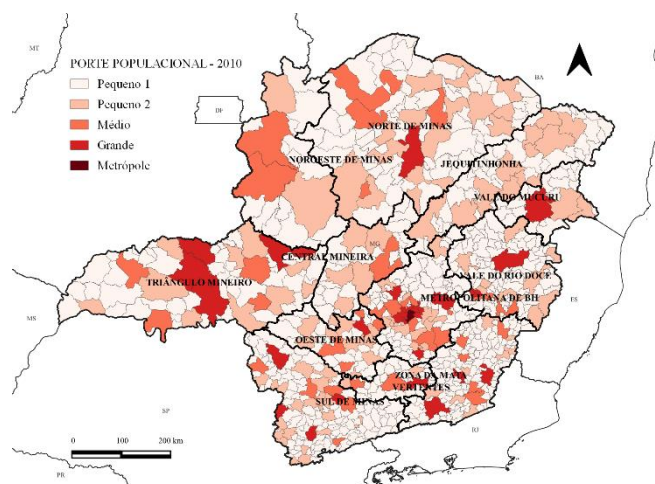
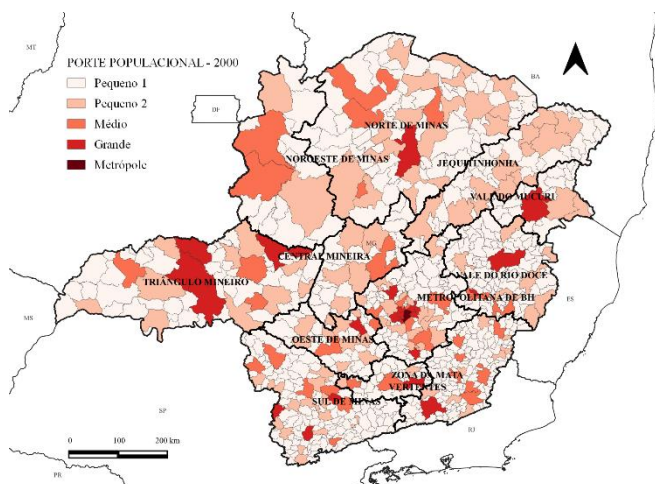
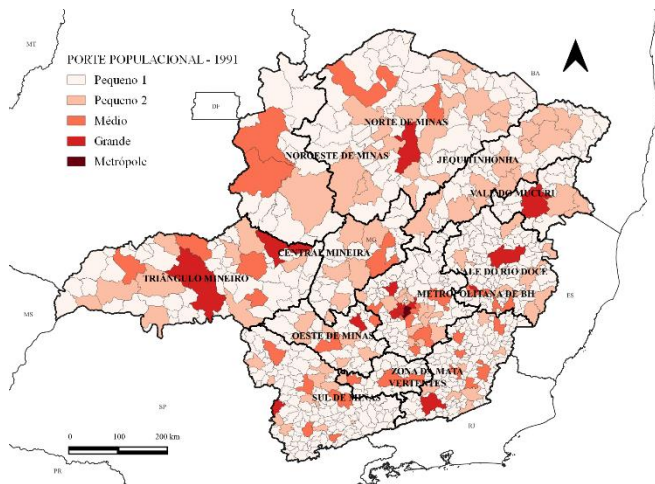
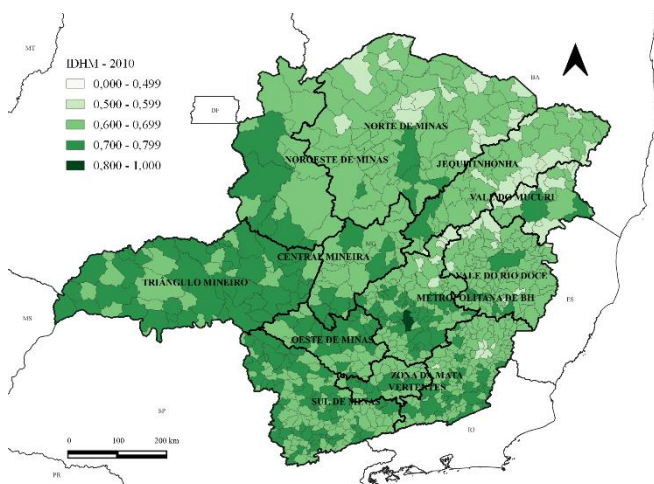
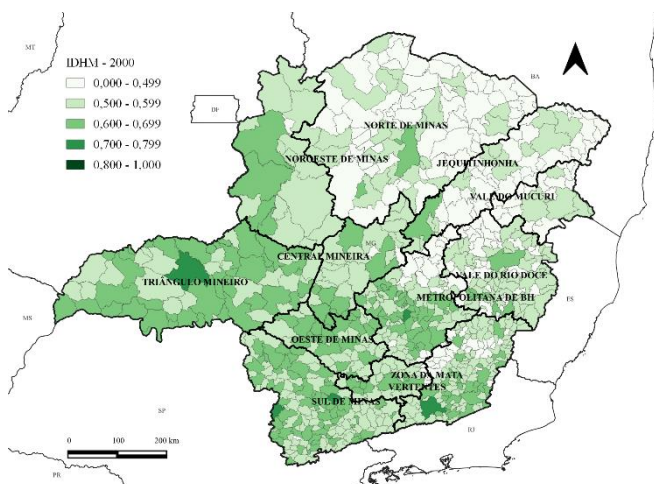
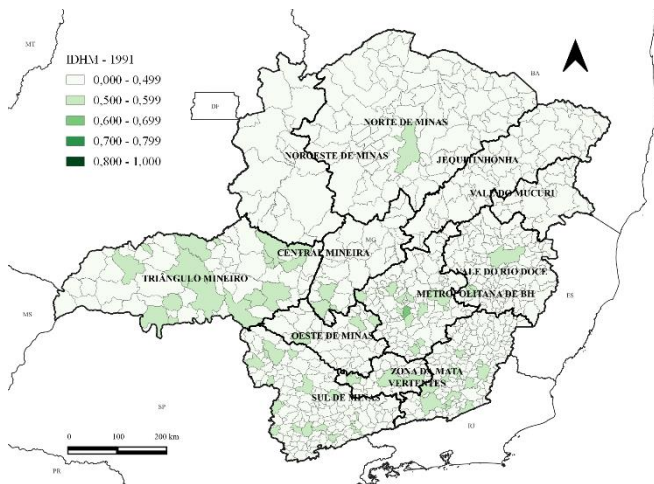


Figura 2 - IDHM dos municípios mineiros – série histórica (1991, 2000 e 2010).



Fonte: Elaboração própria (2023).



Tabela 1 - IDHM dos municípios mineiros - série histórica (1991, 2000 e 2010).

IDHM	Municípios (1991)	%	Municípios (2000)	%	Municípios (2010)	%
0.000-0.499	780	91,55	213	25,00	0	0,00
0.500-0.599	71	8,33	425	49,88	73	8,56
0.600-0.699	1	0,12	209	24,53	552	64,71
0.700-0.799	0	0,00	5	0,59	226	26,49
0.800-1.000	0	0,00	0	0,00	2	0,23
Total	852	100,00	852	100,00	853	100,00

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2013).

Tabela 2 – Média IDHM dos municípios mineiros em função do porte - série histórica (1991, 2000 e 2010).

Porte	Média IDHM (1991)	Desvio padrão	Média IDHM (2000)	Desvio padrão	Média IDHM (2010)	Desvio padrão
Pequeno I	0,378	0,0745	0,534	0,0643	0,656	0,0437
Pequeno II	0,430	0,0768	0,580	0,0675	0,693	0,0431
Médio	0,506	0,0486	0,639	0,0417	0,736	0,0355
Grande	0,512	0,0564	0,656	0,0429	0,749	0,0288
Metrópole	0,602	0,0000	0,726	0,0000	0,810	0,0000
Total	0,391	0,0812	0,548	0,0707	0,668	0,0496

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2013).

Destaca-se, primeiramente, o aumento dos valores de IDHM dos municípios mineiros entre 1991 e 2010. Se em 1991, como pode ser observado na Tabela 1, 91,5% dos municípios do estado apresentavam Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo (0,000-0,499), em 2010 nenhum município apresenta o indicador nesta faixa. Ao contrário disso, a maioria dos municípios (91,20%) apresenta níveis de desenvolvimento humano médio ou alto (0,600-0,799). Destaca-se, também, a diminuição da distância média dos valores de IDHM, indicando uma tendência de padronização (ou pelo menos uma aproximação) dos perfis de desenvolvimento humano entre os municípios do estado, independentemente do porte.

Por outro lado, a análise do padrão espacial de evolução do IDHM (Figura 2) revela diferenças inter-regionais em termos de níveis e ritmos de desenvolvimento humano que apontam um descompasso entre o sul/oeste e o norte/leste de Minas Gerais. Esse padrão espacial é reflexo tanto do olhar e atuação histórica dos governos nos territórios, por meio de políticas públicas, como dos processos de urbanização e de integração regional de territórios a dinâmicas socioeconômicas de regiões adjacentes (redes urbanas). Esse aspecto pode ser ilustrado na aproximação dos padrões do nordeste de Minas Gerais com os padrões do Nordeste brasileiro, como também do sudeste de Minas Gerais com o Sudeste e Centro-Oeste brasileiros.

Essa divisão territorial fica mais evidente quando analisamos, comparativamente, os municípios por mesorregiões do estado. Por exemplo, observa-se que 83,6% dos 73 municípios que apresentaram IDHM na faixa 0,500-0,599 (nível baixo de desenvolvimento), no ano de 2010, estão distribuídos entre as mesorregiões do Norte de Minas Gerais, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, por vezes constituindo vetores territoriais com territórios adjacentes que apresentam o mesmo padrão de desenvolvimento. Os demais municípios com IDHM nesta faixa localizam-se ao norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, (próximo à fronteira com a região do Jequitinhonha), e numa região pontual da Zona da Mata, a saber, a Serra do Brigadeiro. 95,9% destes 73 municípios eram de porte pequeno I, no ano observado, explicitando, portanto, uma tendência de que os municípios com baixo nível de desenvolvimento humano tenham 20.000 ou menos habitantes².

² Apesar de se tomar como referência a classificação da PNAS (2004), que considera de porte pequeno I aquelas aglomerações com até vinte mil habitantes, há que se reconhecer as diferenças e desigualdades mesmo dentro desta



Em contrapartida, existe uma tendência de concentração dos municípios que apresentaram IDHM na faixa 0.700-0.799 (nível alto de desenvolvimento), em 2010, nas porções sul, oeste e noroeste do estado, sendo notável a presença destes municípios na mesorregião do Triângulo Mineiro. Neste caso, não só os municípios de porte médio e grande apresentaram IDHM alto, mas também cerca de 50% dos municípios de porte pequeno I localizados nestas mesorregiões. Ou seja, a probabilidade de um município de pequeno porte apresentar nível alto de desenvolvimento humano é maior nas regiões Sul, Noroeste e no Triângulo Mineiro, em relação às demais mesorregiões do estado.

Outro dado interessante é que os municípios de porte Médio e Grande, que tendem a ser mais urbanizados, apresentaram IDHM na faixa 0.700-0.799 (nível alto de desenvolvimento humano) no ano de 2010. Desse modo, a probabilidade de que um município de porte médio ou grande apresente alto valor de IDHM tende a ser a mesma em todo estado.

Convém observar, já que nos interessa particularmente os pequenos municípios, a evolução do IDHM dos municípios agrupados por porte populacional. Observa-se que a média do IDHM dos municípios de porte pequeno I e pequeno II passou de muito baixo (0,000-0,499) em 1991 para baixo (0,500-0,599) em 2000, alcançando nível de desenvolvimento médio (0,600-0,699) em 2010. Observa-se, também, que o desvio-padrão diminuiu na série histórica, passando da ordem de 0,0700, em 1991, para 0,0400, em 2010. Ou seja, houve crescimento do IDHM em praticamente todos os municípios mineiros com menos de 50.000 habitantes, bem como uma diminuição da distância em relação ao nível médio de desenvolvimento, explicitando uma tendência de aproximação dos níveis de desenvolvimento.

Visto de outro ângulo, a partir da série histórica pode-se dizer que os municípios de porte pequeno I e II apresentaram, na média, níveis de desenvolvimento, em 2000, da ordem do nível de desenvolvimento médio dos municípios de porte médio e grande em 1991. Consecutivamente, os municípios de porte pequeno I e II alcançaram, em 2010, níveis de desenvolvimento da ordem do nível médio dos municípios de porte médio e grande no ano de 2000. Observa-se, portanto, uma aproximação gradual (nesse caso de uma década) dos padrões de desenvolvimento dos pequenos municípios àqueles observados nos centros urbanos maiores, a partir da década de 1990. Assim, apesar de se verificar que o porte dos municípios manteve-se praticamente o mesmo nas últimas três décadas, observou-se um notável incremento das variáveis que compõem o IDHM, incremento associado, dentre outros fenômenos, ao avanço do processo de urbanização no território mineiro.

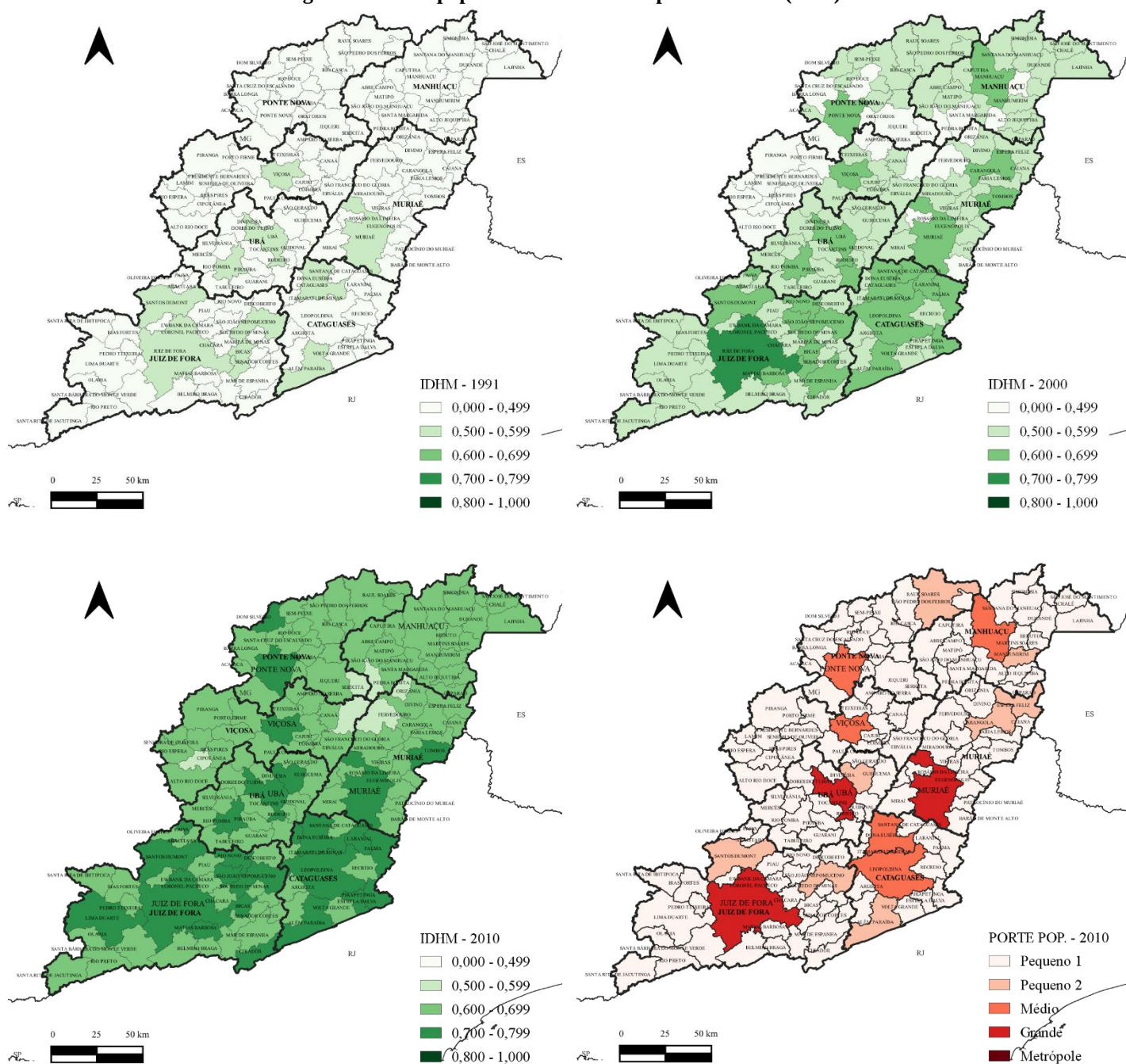
Nesse sentido, no aprofundamento dos elementos indutores do crescimento do IDHM nestas localidades, desponta-se como fator central os processos de integração de territórios a dinâmicas de desenvolvimento de regiões adjacentes, ou, se podemos dizer, a configuração de redes urbanas (SPOSITO, 2010). De modo que, a análise do processo de urbanização nas distintas localidades deve ser fundamentada em aspectos que explicitem a forma como esses territórios se integram às dinâmicas de regiões adjacentes e construam (ou integrem) redes urbanas, os quais são, no nosso entendimento, elementos indutores de melhoria dos padrões de vida nos municípios que fazem parte dessas configurações e, conseqüentemente, do incremento no IDHM. Essa perspectiva coloca a hipótese de que a configuração de redes urbanas teria como consequência a expansão da estrutura e da cultura urbanas, tendo como rebatimento a aproximação dos níveis de desenvolvimento entre os municípios incluídos nas manchas territoriais com padrões similares de desenvolvimento. Nessa busca, poder-se-á obter elementos explicativos das discrepâncias observadas a partir dos indicadores de desenvolvimento e que estão associados às “vocações históricas” entre nordeste e sudeste de Minas Gerais, por exemplo.

categoria, sobretudo num estado onde 79,13% dos municípios têm até 20.000 habitantes, 57,56% têm até 10.000 habitantes e 28,14% têm até 5.000 habitantes (IBGE, 2010).

Essas primeiras observações para o estado de Minas Gerais possibilitam-nos construir um panorama geral em termos de desenvolvimento humano dos municípios. Percebe-se, a partir daí, que a análise do processo de urbanização nos pequenos municípios teria métricas ou patamares distintos em função dos recortes territoriais de análise, o que justifica a ênfase nos municípios da Zona da Mata Mineira. De qualquer forma, é evidente o aumento do nível de desenvolvimento humano em todos os municípios do estado nos marcos temporais indicados (1991, 2000 e 2010), padrão evolutivo que está relacionado ao avanço do processo de urbanização em todo o território mineiro, ainda que em ritmos distintos em suas distintas territorialidades.

Figura 3 - IDHM dos municípios da ZMM – série histórica (1991, 2000 e 2010).

Figura 4 – Porte populacional dos municípios da ZMM (2010).



Fonte: elaboração própria (2023).

Tabela 3 - IDHM dos municípios da Zona da Mata - série histórica (1991, 2000 e 2010).

IDHM	Municípios (1991)	%	Municípios (2000)	%	Municípios 2010	%
0.000-0.499	131	92,25	26	18,31	0	0,00
0.500-0.599	11	7,75	90	63,38	6	4,23
0.600-0.699	0	0,00	25	17,61	110	77,46
0.700-0.799	0	0,00	1	0,70	26	18,31
0.800-1.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	142	100,00	142	100,00	142	100,00

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2013).

Tabela 4 – Média IDHM dos municípios da ZMM em função do porte - série histórica (1991, 2000 e 2010).

Porte	Média IDHM (1991)	Desvio padrão	Média IDHM (2000)	Desvio padrão	Média IDHM (2010)	Desvio padrão
Pequeno I	0,383	0,0620	0,539	0,0506	0,654	0,0366
Pequeno II	0,488	0,0459	0,601	0,0389	0,699	0,0272
Médio	0,499	0,0273	0,637	0,0217	0,732	0,0294
Grande	0,594	0,0000	0,703	0,0000	0,745	0,0235
Metrópole	-	-	-	-	-	-
Total	0,395	0,0699	0,548	0,0562	0,661	0,0415

Fonte: PNUD, IPEA, FJP (2013).

O padrão populacional observado na Zona da Mata é similar àquele observado no estado de Minas Gerais, tal qual passamos a demonstrar. De acordo com os dados, o percentual de municípios de porte pequeno I e II na Zona da Mata (94,36%, 2010) é da mesma ordem do percentual de municípios mineiros nestes mesmos portes (92,26%, 2010). No entanto, destaca-se na mesorregião a presença dos municípios de porte pequeno I (88,73%), com até 20.000 habitantes. Contrapõem-se a isto a presença escassa de municípios de porte médio ou grande: apenas 5 e 3, respectivamente, dos quais 7 são os municípios-sede das microrregiões.

Também o processo de evolução do IDHM dos municípios da Zona da Mata (1991-2010) acompanha o processo de evolução dos municípios do estado de Minas Gerais; na verdade, os valores médios são bastante próximos: 0,395 (1991) - 0,548 (2000) - 0,661 (2010) e 0,391 (1991) - 0,548 (2000) - 0,668 (2010) (Tabela 4). No caso do desvio-padrão, este é menor para os municípios da Zona da Mata nos três marcos temporais observados. Aqui não cabe contrapor o grupo dos municípios de porte pequeno I e II ao grupo dos de porte médio e grande, por conta do número escasso de municípios neste último grupo. No entanto, observa-se que, para os municípios de porte pequeno I, a evolução do IDHM acompanha, também, a evolução dos municípios deste porte em Minas Gerais.

Tal como acontece no território mineiro, a Zona da Mata apresenta padrões de desenvolvimento humano discrepantes nas porções Sul e Norte, sendo as microrregiões de Cataguases e Juiz de Fora as que congregam maior número de municípios com IDHM alto (0.700-0.799, 2010) e a microrregião de Manhuaçu a que congrega maior percentual de municípios com IDHM médio (0.600-0.699, 2010).

Em 1991, dos 11 municípios que apresentavam IDHM acima de 0.500, 5 eram municípios-sede das microrregiões (exceção Ponte Nova e Manhuaçu), todos com mais de 50.000 habitantes. Por serem municípios-sede, concentram maior contingente populacional e oferta de bens e serviços, refletindo a relação entre desenvolvimento humano e urbanização.

Em 2000, apenas as microrregiões de Ubá, Juiz de Fora e Cataguases não possuíam nenhum município com IDHM abaixo de 0.500. No mesmo ano, todos os municípios-sede das microrregiões apresentaram nível médio de desenvolvimento (0.600-0.699); apenas 14 dos 26 municípios com IDHM nesta faixa eram de porte pequeno I e apenas 7 tinham menos de 10.000 habitantes. Ou seja, o aumento do IDHM da faixa 0.500-0.599 para a faixa 0.600-0.699 aconteceu, sobretudo, nos municípios de porte pequeno II ou médio. Em contrapartida, todos



os 26 municípios que mantiveram o IDHM na faixa 0.000-0.499 eram de porte pequeno I, e apenas 5 tinham mais de 10.000 habitantes. É evidente, portanto, que os municípios com maior contingente populacional - que tendem a ser mais urbanizados - apresentaram maiores valores de IDHM, a começar pelo ano de 1991, ponto de partida destas análises.

Em 2010, apenas 6 municípios apresentaram baixo IDHM (0.500-0.599). Estes municípios, todos de porte pequeno I, são: Araponga (microrregião de Viçosa), Cipotânea (microrregião de Viçosa), Fervedouro (microrregião de Muriaé), Orizânia (microrregião de Muriaé), Pedra Bonita (microrregião de Manhuaçu) e Sericita (microrregião de Ponte Nova). Com exceção de Cipotânea, os territórios destes municípios configuram um pequeno núcleo em torno do ponto de interseção dos limites das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, especificamente na região da Serra do Brigadeiro, cuja vocação para atividades econômicas rurais é bastante perceptível (GUIMARÃES; PINTO; FIÚZA, 2013). É interessante observar que estes municípios estão circunscritos num vetor de territórios com nível médio de desenvolvimento humano (Figura 4), e cujo município de Viçosa é o único, neste vetor, com nível alto de desenvolvimento.

Novamente, coloca-se a necessidade de buscar, no processo de formação territorial e de urbanização, elementos para discutir questões como: por que a parte nordeste da Zona da Mata não apresentou o mesmo padrão de evolução do desenvolvimento humano que a parte sudoeste? Como o processo de urbanização da Zona da Mata explica diferenças entre microrregiões?

Finalmente, a análise do IDHM e do porte populacional dos municípios da ZMM no ano de 2010 oferece-nos dois grupos de municípios que se contrapõem em termos de ruralidade e urbanidade, aspecto que pode ser apurado a partir de outras variáveis. O primeiro grupo, dos municípios com os menores valores de IDHM e de porte pequeno I, compõe-se por Araponga, Cipotânea, Fervedouro, Orizânia, Pedra Bonita e Sericita. O segundo grupo, dos municípios com maiores IDHM e de porte Grande ou Médio, compõe-se por Ubá, Cataguases, Muriaé, Juiz de Fora, Viçosa e Ponte Nova. No seu trabalho de classificação tipológica dos municípios brasileiros em rurais ou urbanos, Bitoun, Miranda e Araújo (2015) sugerem a análise das seguintes variáveis: tamanho populacional; percentual de população residente em habitat rural; percentual do valor agregado da produção agropecuária no total do valor agregado; distância gráfica (reta) da sede do município até a sede mais próxima que apresente qualquer posição hierárquica superior. Estes dados para os dois grupos de municípios são apresentados na Tabela 5, tendo sido acrescentada outra variável (% de pessoas trabalhando no setor agropecuário).

Tabela 5 – Variáveis relativas a ruralidades dos municípios na ZMM com maiores e menores valores de IDHM e população (2010).

Município	IDHM	População	% População em habitat rural	% Valor agregado da produção agropecuária	% Pessoas trabalhando no setor agropecuário	Distância gráfica à sede mais próxima (km)
Araponga	0,536	8152	62,70	49,14	73,61	38,40
Sericita	0,560	7128	47,84	40,64	66,66	44,72
Orizânia	0,562	7284	69,51	23,51	68,21	71,33
Pedra Bonita	0,573	6673	72,92	57,56	79,35	41,49
Cipotânea	0,579	6547	53,96	17,41	43,12	51,13
Fervedouro	0,580	10349	53,97	34,50	55,25	46,67
Ubá	0,724	101519	3,82	1,00	2,8	0,00
Muriaé	0,734	100765	7,48	3,83	6,84	0,00
Cataguases	0,751	69757	4,27	1,76	5,31	0,00
Viçosa	0,775	72220	6,81	2,85	8,19	0,00
Juiz de Fora	0,778	516247	1,14	0,54	2,63	0,00

Fonte: IBGE, Censo de 2010.

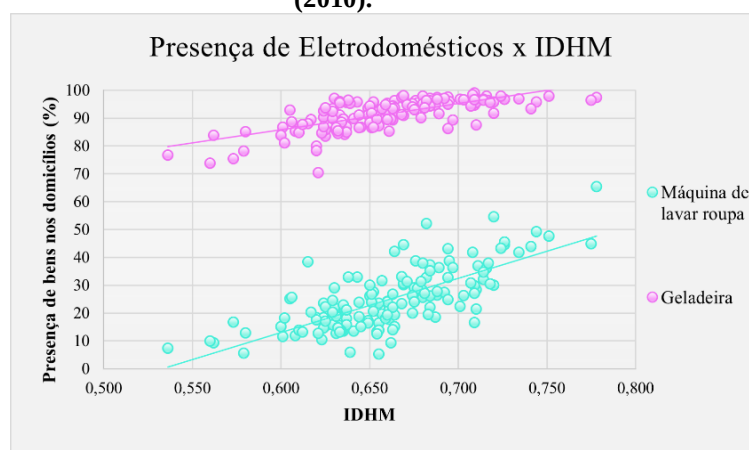
A partir das distinções observadas nestes dois grupos de municípios, pode-se classificar os do primeiro grupo como rurais e os do segundo como e urbanos. De fato, esta classificação está em conformidade com aquela proposta no estudo de caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil (IBGE, 2017). Trata-se de um achado importante, uma vez que, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano, foi possível verificar características dos municípios em termos de ruralidade e urbanidade, corroborando com a ideia de que os municípios mais ruralizados ainda apresentam (2010) menores níveis de desenvolvimento humano. Por outro lado, a situação dos municípios nas faixas intermediárias do IDHM não pode ser elucidada, havendo necessidade de outras abordagens metodológicas para compreensão da relação entre urbanização e desenvolvimento humano.

4. A dinâmica do consumo em municípios rurais e urbanos da Zona da Mata: uma análise a partir do IDHM

Neste tópico assume-se como premissa que a dinâmica de consumo dos municípios constitui-se em um indicador de urbanização. Assim, para verificar os padrões do consumo nos municípios rurais e urbanos da Zona da Mata (nosso recorte empírico) construiu-se uma análise exploratória entre o IDHM e a presença de bens de consumo duráveis nos municípios. Os dados, extraídos do Censo de 2010, são relativos aos Eletrodomésticos (Máquina de Lavar e Geladeira), Veículos (Automóveis e Motocicletas) e Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs (Telefone fixo, microcomputador com acesso à internet, Rádio, Televisão e Celular). No entanto, o indicador de urbanização não é tomado como fator exclusivo às análises que buscarão analisar a dinâmica do consumo de determinados bens nos municípios rurais e urbanos em relação ao IDHM, bem como associada a outros fatores ligados ao contexto sócio histórico, político e cultural presentes nas sociedades estudadas.

Acerca dos eletrodomésticos, tanto a geladeira como a máquina de lavar roupas tiveram comportamentos semelhantes quanto à distribuição nos domicílios em relação ao IDHM, já que ambos apresentaram correlação positiva na ordem de 0,700 (0,708 para geladeiras e 0,733 para as máquinas de lavar). Portanto, quanto maior o IDHM, maior a presença destes bens nos domicílios dos municípios, vide Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Presença de eletrodomésticos nos domicílios de municípios da ZMM em função do IDHM (2010).



Fonte: IBGE, Censo de 2010.

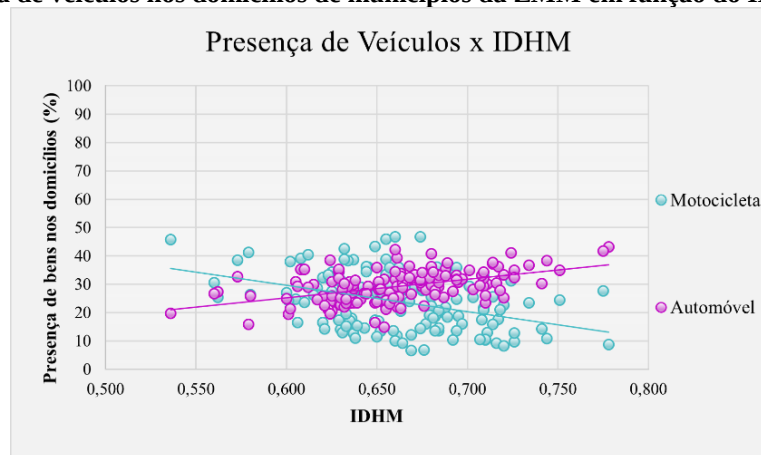
Na comparação entre os dois eletrodomésticos, a geladeira teve presença mais expressiva nos lares (entre 70,35% e 99,01%). Dos municípios investigados, somente seis tiveram percentual abaixo de 80%, e destes, quatro tinham IDHM menor que 0,600. Em

contrapartida, entre os municípios com o IDHM acima de 0,700, apenas em um município a presença da geladeira nos lares foi inferior a 90%, enquanto nos municípios com IDHM acima de 0,750, todos apresentaram percentuais acima de 95%. Mesmo considerando a quase universalização do item, ainda existe uma diferença entre os municípios com IDHM mais altos e os mais baixos.

Ainda na comparação entre os dois eletrodomésticos, observou-se que o acesso à máquina de lavar mostrou-se menos democratizado, uma vez que a sua presença nos lares da Zona da Mata variou entre 5,26% e 65,45%. Nenhum dos municípios com IDHM menor ou igual a 0,600 apresentou percentual superior a 20% de domicílios com a presença do item. Pode-se dizer que a maior presença da máquina de lavar nos municípios com maior IDHM constitui-se em um indicador de urbanização. Por outro lado, a maioria dos municípios com IDHM acima de 0,700 apresentou percentuais na faixa de 20% a 40%. A maior amplitude observada no consumo deste bem nos municípios com maior IDHM evidencia que, mesmo dentro de um município, podem haver desigualdades dos padrões de IDHM. Ou seja, nos padrões de renda, saúde e educação. A realidade dos municípios com 20% dos domicílios possuindo máquina de lavar pode ser um indicador de maior desigualdade de renda entre a população do município que naqueles com 40% de domicílios com máquina de lavar.

No entanto, a dificuldade de ingresso de um bem no mercado, a rejeição ou mesmo a baixa aceitação de determinados produtos já consagrados, pode estar associada a outros elementos que envolvem os fatores culturais. Em estudo de Barbosa (2007) desenvolvido em meados da década de 1990 sobre as práticas de lavagem de roupas de mulheres em várias regiões do Brasil, a autora concluiu que esta atividade está envolvida em práticas culturais similares, mesmo que se faça uma comparação entre mulheres de diferentes lugares. Nesse sentido, a aquisição (ou não) do bem esteve associada à percepção que elas tinham do mesmo e de sua importância para o processo de lavagem. Para muitas das mulheres estudadas por Barbosa, a máquina de lavar “não lavava bem”, ou “estragava as roupas”; enquanto para outras, a máquina de lavar roupa constituía-se em um eletrodoméstico importante da rotina doméstica, livrando-a do trabalho extenuante e cansativo de lavar roupas à mão.

Gráfico 2 – Presença de veículos nos domicílios de municípios da ZMM em função do IDHM (2010).



Fonte: IBGE, Censo de 2010.

No caso dos veículos (de uso particular), a presença tanto dos automóveis quanto das motocicletas nos domicílios foi inferior a 50% em todos os municípios da Zona da Mata. Além disso, ambos apresentaram correlação de Pearson moderada, de grau 0,495 e -0,412, respectivamente. Ou seja, o IDHM teve influência moderada na presença destes itens nos domicílios.



Em todas as faixas de IDHM, é possível observar amplitudes altas para o consumo dos automóveis. Nos municípios com IDHM abaixo de 0,600, a presença de automóveis nos domicílios variou de 15,82% a 32,71%; e entre aqueles com IDHM na faixa 0,600-0,700 a os valores estiveram entre 14,83% e 42,15%; e, acima de 0,700, os dados variaram de 23,4% até 43,16%. Assim, mesmo considerando que não se trata de um consumo homogêneo, dado os baixos percentuais indicativos de sua presença nos municípios em função do IDHM, o automóvel esteve presente nos municípios rurais ou urbanos, indicando o acesso ao bem nestas duas realidades. A correlação moderada e as altas amplitudes indicam que o IDHM não tem uma influência forte no consumo dos automóveis. A relativa indistinção no consumo dos automóveis nos municípios com variados IDHMs aponta para outros fatores que podem estar também associados à sua compra, como por exemplo a possibilidade de financiamento e descontos, isenções ou incentivos fiscais que alguns públicos específicos, como os produtores rurais, recebem na compra de automóveis.

Chama atenção também o fato de que, ao contrário dos automóveis e dos outros bens de consumo analisados neste estudo, a presença das motocicletas teve uma correlação negativa com o IDHM. Ou seja, observou-se tendência (no caso, moderada) de que quanto maior o IDHM de um município, menor a presença da motocicleta nos domicílios. Como pode ser observado na Tabela 6, os municípios com IDHM abaixo de 0,600 apresentaram uma tendência a ter valores mais altos referentes à presença de motocicletas do que aqueles municípios com IDHM acima de 0,700 e com mais cem mil habitantes.

Tabela 6 – Presença de bens duráveis nos municípios da ZMM com maiores e menores valores de IDHM (2010).

Município	IDHM	População	% domicílios com Geladeira	% domicílios com Máquina de Lavar	% domicílios com Automóvel	% domicílios com Motocicleta
Araponga	0,536	8152	76,74	7,39	19,78	45,82
Sericita	0,560	7128	73,73	9,91	26,71	30,59
Orizânia	0,562	7284	83,84	9,31	27,40	25,37
Pedra bonita	0,573	6673	75,37	16,67	32,71	38,41
Cipotânea	0,579	6547	78,09	5,53	15,82	41,30
Fervedouro	0,580	10349	85,15	12,83	25,84	26,41
Ubá	0,724	101519	97,91	43,18	41,05	31,25
Muriaé	0,734	100765	96,91	41,77	36,70	23,43
Cataguases	0,751	69757	97,91	47,57	34,96	24,37
Viçosa	0,775	72220	96,41	44,83	41,71	27,59
Juiz de Fora	0,778	516247	97,45	65,45	43,16	8,75

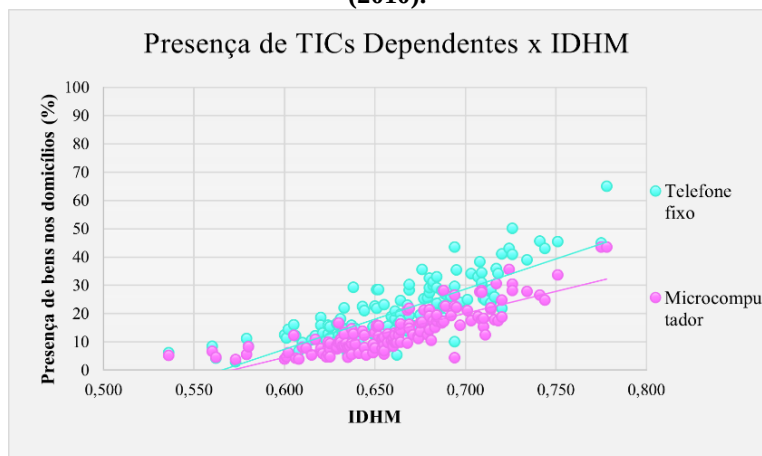
Município	% domicílios com Celular	% domicílios com Telefone Fixo	% domicílios com Rádio	% domicílios com TV	% domicílios com Microcomputador (acesso à internet)
Araponga	52,37	6,19	81,86	89,37	5,17
Sericita	73,97	8,42	69,72	90,78	6,65
Orizânia	67,05	4,18	66,55	91,66	4,50
Pedra bonita	80,68	2,95	71,32	75,34	3,77
Cipotânea	57,15	11,13	66,24	88,75	5,54
Fervedouro	61,16	8,42	71,69	92,69	8,24
Ubá	82,58	43,08	88,28	97,51	35,54
Muriaé	80,72	38,93	86,59	97,02	27,80
Cataguases	78,07	45,51	86,22	97,33	33,59
Viçosa	84,93	45,01	86,54	97,56	43,54
Juiz de Fora	85,57	65,00	91,44	98,38	43,58

Fonte: IBGE, Censo de 2010.

De acordo com o estudo de Fiúza et al. (2021), que tratou sobre o uso das motocicletas pelos produtores rurais em Minas Gerais, a maior presença deste veículo nos municípios rurais pode ser explicada por um fenômeno recente que é o deslocamento pendular entre campo e cidade vivido pelas pessoas que trabalham no campo e moram nas cidades, e para isso utilizam da motocicleta, um veículo barato, rápido e versátil. De acordo com as autoras, o aumento no consumo das motocicletas está relacionado aos incentivos fiscais dados na década de 90 para sua produção, o que fez com que esse bem deixasse de ser utilizado como objeto de hobby e passasse a se tornar um grande aliado dos trabalhadores. Portanto, para os produtores rurais que vivem nas cidades com menor IDHM, a motocicleta é um bem indispensável que passou a fazer parte de suas vidas.

Quanto às TICs é possível separar dois subgrupos: as que dependem de infraestrutura do município focada em telecomunicações (telefone fixo e microcomputador com acesso à internet) e as que não dependem (rádio, televisão e celular)³. Entre as TICs dependentes, os dados apontaram uma correlação forte (maior que 0,8), indicando que essas tecnologias estão mais presentes nos municípios com IDHM alto. Não é possível dizer que essas tecnologias eram democratizadas, já que apenas Juiz de Fora apresentou dados acima de 50% com relação à presença desses bens. Nos municípios com IDHM abaixo de 0,600, a presença de telefone fixo nos domicílios esteve na faixa de 2,9% a 11,3%; os microcomputadores com acesso à internet na faixa de 3,77% até 8,24%. Já nos municípios com o índice entre 0,600 e 0,700, a presença do telefone fixo variou de 5,38% a 43,53%, e os microcomputadores com acesso à internet entre 3,97% e 28,12%. Quanto aos municípios com IDHM acima de 0,700, a presença de telefone fixo variou entre 21,89% e 65%, e a de microcomputadores com acesso à internet entre 12,5% e 43,58%. No que diz respeito aos telefones fixos, cabe salientar que, apesar de os dados registrarem uma presença maior desse artefato nos municípios com maior IDHM, os dados levantados neste estudo e os dados da PNAD (2014) mostram a tendência de substituição dessa tecnologia (mais antiga) por uma mais moderna, os celulares. Essa tendência tem sido apontada em outros trabalhos, dentre eles, o estudo de Pinto et al. (2017), onde as autoras apontaram que somente a televisão aberta e o celular tiveram ampla penetração entre os grupos sem nenhuma escolaridade ou com níveis baixos de escolaridade.

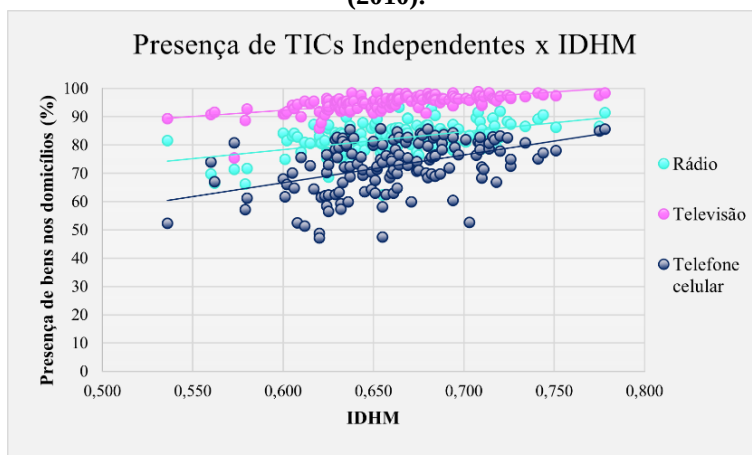
Gráfico 3 – Presença de TICs dependentes nos domicílios de municípios da ZMM em função do IDHM (2010).



Fonte: IBGE, Censo de 2010.

³ É importante lembrar que os dados são referentes ao Censo de 2010 e alguns lugares não tinham a infraestrutura necessária para o uso de algumas tecnologias, como a internet.

Gráficos 4 – Presença de TICs independentes nos domicílios de municípios da ZMM em função do IDHM (2010).



Fonte: IBGE, Censo de 2010.

Tratando-se das TICs independentes da infraestrutura municipal, os dados apontaram uma democratização do item, presentes em mais de 90% dos domicílios na maioria dos municípios. Celular e rádio tiveram valores um pouco abaixo, mas ainda estão próximos de uma democratização (maioria acima de 50%). Além disso, o rádio (grau de correlação: 0,479) e o telefone celular (grau de correlação: 0,451) tiveram uma distribuição um pouco menos relacionada com o IDHM em comparação com a televisão (grau de correlação: 0,635). Nos municípios com IDHM abaixo de 0,600, a presença do telefone celular variou entre 52,37% e 80,68% nos domicílios; a televisão entre 73,34% e 92,69%; e o rádio entre 66,24% e 81,61%. Nos municípios com IDHM entre 0,600 e 0,700, a presença do telefone celular variou entre 47,06% e 85,74%; a televisão entre 85,89% e 98,56%; e o rádio entre 62,32% e 93,33%. Nos municípios com o IDHM acima de 0,700, a presença dos celulares nos domicílios variou entre 52,67% e 85,57%; a televisão entre 94,05% e 98,79%; e o rádio entre 78,72% e 91,88%⁴. Apesar de se observar os maiores percentuais relativos à presença do celular nos municípios com maior IDHM, de forma geral, esta tecnologia atingiu patamares expressivos em todos os municípios. Ou seja, este bem esteve presente tanto nas regiões mais ruralizadas quanto nas mais urbanizadas. A presença universalizada dos celulares impõe uma reflexão mais aprofundada sobre os usos e os significados do celular na vida cotidiana dos indivíduos - a despeito de suas localizações, se em sociedades mais urbanizadas ou mais ruralizadas. Conforme apontado por Rial et al. (2012) e Silva (2007), muito além da função utilitária, esses bens carregam consigo significados e atuam como sistemas de comunicação na sociedade moderna. No campo explorado pelas autoras, o foco não se situa sob o prisma dos indivíduos, mas nas relações que se estabelecem entre eles e a sociedade, a partir deste artefato. As discussões se colocam, portanto, do campo das relações entre a cultura e o consumo na contemporaneidade. Assim, os significados do uso dos celulares perpassam por aspectos relativos a possibilidades de inclusão social e pertencimento, relação de dependência que os sujeitos estabelecem com essas tecnologias, bem como a forma e a dinâmica das suas relações sociais (na família, no trabalho e com os amigos), nas novas práticas de comércio e de trabalho,

⁴ Em pesquisa realizada em Pedra Bonita e Juiz de Fora, Fraga (2020) mostra como o consumo do rádio como forma de comunicação, se transformou ao longo do tempo. A pesquisa trouxe uma análise e uma comparação temporal que indicou que a presença do aparelho de rádio tinha uma tendência de redução, porém a mídia do rádio ainda se fazia presente, tanto no formato hertziano (por meio de um aparelho que capta a frequência dos sinais de rádio: celular, carro, MP3, etc.) quanto no modelo de web rádio. Esse resultado, conforme apontaram as autoras, indicou que, mesmo nos municípios que tiveram os dados mais baixos em relação ao aparelho de rádio no Censo 2010, a mídia rádio não necessariamente era pouco escutada.



etc. Todos esses fatores, segundo as autoras, apontam para uma nova realidade que, independente de seu estilo de vida ou local de moradia, a presença de aparelhos eletrônicos como os celulares tem se tornado cada vez mais essencial.

5. Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar um estudo demográfico dos municípios da Zona da Mata Mineira, buscando compreender os reatamentos do processo de urbanização nos pequenos municípios nos níveis de desenvolvimento humano e a dinâmica de consumo dos seus habitantes. Para tanto, explorou-se a relação entre IDHM e urbanização e entre IDHM e consumo de bens duráveis nos domicílios. A escolha metodológica pela análise exploratória do IDHM associado ao porte populacional dos municípios da Zona da Mata resultou em dois grupos de municípios que, notadamente, se contrapuseram em termos de urbanidade e ruralidade. Essas distinções puderam ser observadas na análise de outras variáveis (porte populacional, taxa de urbanização, percentual do valor agregado das atividades agropecuárias e proximidade do município com os outros centros urbanos maiores).

Nos contextos estudados, o uso do IDHM possibilitou a identificação de diferenças inter-regionais entre as mesorregiões do estado e entre as microrregiões da ZMM. Por outro lado, as análises não elucidaram os aspectos de distinção entre os municípios com IDHM na faixa intermediária (0,600-0,700), que são, justamente, o caso da maioria dos municípios mineiros. O uso do IDHM também mostrou limitações na investigação do “interior” do município, isto é, nas realidades urbanas e rurais que coexistem e se configuram num município, considerando tanto os limites administrativos do urbano e do rural, como extrapolando estes limites. Assim, a título de levantamento de possibilidades para futuras pesquisas, aponta-se a investigação do processo de formação territorial das meso e microrregiões para desvelar os aspectos que justificam tais diferenças e apurar as vocações dessas regiões.

As análises de correlação do IDHM com bens de consumo, por sua vez, revelaram discrepâncias entre padrões de consumo de determinados bens em função do nível de desenvolvimento do município, apontando que os padrões de consumo configuram-se como indicadores de urbanização. Os resultados apontaram que o consumo de alguns bens esteve mais fortemente correlacionado ao IDHM que outros. Verificou-se uma diferença entre os municípios com IDHM mais altos e os municípios com IDHM mais baixos, revelando uma maior possibilidade de consumo nas localidades em que o indicador alcançou índices mais altos. Ou seja, o avanço do processo de urbanização nos municípios e a possibilidade de consumo nos domicílios se coloca, em certa medida, dependente (também) dos investimentos públicos na infraestrutura dos municípios. Por outro lado, a presença significativa de eletrodomésticos e eletroeletrônicos nas casas apontou para a busca da população dos municípios rurais pela facilidade e aceleração do tempo de execução das tarefas domésticas. A incorporação das tecnologias domésticas no consumo das famílias vem atender a uma demanda associada a um ritmo de vida mais acelerado, que valoriza o uso eficiente do tempo. Dentro dessa mesma lógica, a presença expressiva dos veículos motorizados, moto e carro, revelavam a busca pelo encurtamento das distâncias entre o campo e a cidade.

6. Referências

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA (Texto para discussão n. 702), 2000. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.



BARBOSA, L. Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea. In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 107-138.

BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B.; ARAÚJO, T. B. As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. ENANPUR, 2015. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2366/2345>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BOSCARIOL, R. A. Região e Regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S. (Org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira – livro 1. Brasília: IPEA; INCT, 2017. p. 145-161. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7978>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-32.

FAVARETO, A. S. A longa evolução da relação rural-urbano. **Ruris**, Campinas, v. 1, p. 157-192, 2007.

FIÚZA, A. L. C.; CARVALHO, A. A.; PINTO, N. M. A.; RODRIGUES, N. B. A motocicleta na vida das famílias dos produtores rurais mineiros. **Revista Transporte y Territorio**, 2023.

FIÚZA, A. L. C. Aplicação dos critérios de classificação da OCDE às meso e microrregiões brasileiras. **Notas de aula da disciplina Sociologia Rural**. Universidade Federal de Viçosa, 2021.

GUIMARÃES, E. P.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. Os reflexos da urbanização do campo nos modos de moradia das famílias residentes na zona rural do município de Araponga - MG. **Oikos**: Revista Brasileira de Economia Doméstica, v. 24, p. 163-184, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro (1991, 2000 e 2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100643>. Acesso em: 02 mar. 2023.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento territorial do Brasil. Aspectos históricos. In: _____. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e Aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.



MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, out. 2000.

MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A., PIRANI, N. C. Desempenho e evolução do IDHM nos centros urbanos das regiões brasileiras: uma análise a partir do estudo Regiões de Influência das Cidades. In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S. (Org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira – livro 1. Brasília: IPEA; INCT, 2017. p. 125-144. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7978>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PEREIRA, S. M. **Casa e Mudança Social**. Uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

PINTO, N. M. A., FIÚZA, A. L. C. As barreiras de acesso às tecnologias da informação e comunicação no contexto de uma cidade de porte médio: o caso de Viçosa, MG. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 28, n. 2, p. 386-406, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Plataforma digital. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Metodologia**. PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AuwEBHxVU0YSgbJBdayP5QZdxTssoQ>. Acesso em: 07 abr. 2023.

RIAL, C.; SILVA, S. R.; SOUZA, A. M. (Org). **Consumo e cultura material**: perspectivas etnográficas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

RIBEIRO, R. M. **Desmatamento, Urbanização e IDH: análise exploratória da relação entre as variáveis**. São José dos Campos: INPE, 2017. Disponível em: http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=cst-310-popea:renata_popea.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

RYBCZYNSKI, W. **Casa**: pequena história de uma grande idéia. São Paulo: Record, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, S. R. “Eu não vivo sem celular”: Sociabilidade, Consumo, Corporalidade e Novas Práticas nas Culturas Urbanas. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 17, p. 1-17, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3457/4131>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

WALL, K. **Famílias do campo**: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.